



Zélia lamenta o incidente no Golfo Pérsico no momento em que o Brasil começa a negociar sua dívida

Deputado acusa comissão de manipular o Orçamento

18 OUT 1990

CORREIO BRAZILIENSE

O deputado gaúcho Antônio Britto (PSDB), reeleito nas últimas eleições, denunciou, em discurso feito na sessão da Câmara, a falta de critério na destinação de verbas orçamentárias federais, privilegiando interesses de políticos com poder de manipulação, em especial na comissão mista de orçamento. O parlamentar também criticou, asperamente, o sistema eleitoral vigente no País, em que o poder econômico possibilita que figuras menos expressivas, do ponto de vista político, ocupem espaço que deveria ser de expoentes de real importância para a sociedade brasileira.

No discurso, o deputado Antônio Britto condenou o sistema eleitoral, pelas distorções que cria. No entender do parlamentar, estão equivocados os analistas políticos que concluíram que as últimas eleições, com o volume excessivo de abstenções, vo-

tos nulos e em branco, refletiram uma condenação do Congresso e da própria democracia, por parte dos eleitores brasileiros. Na sua análise, Britto concluiu que o grande condenado é o sistema eleitoral vigente no País.

Dizendo que "esta é uma hora de tristeza", o deputado pelo Rio Grande do Sul criticou também a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, pelas decisões quanto à revisão do orçamento da União, aprovada na última terça-feira. Ele manifestou o que chamou de "minha frontal, clara e absoluta inconformidade com seus métodos, práticas e critérios". Um dos exemplos que criticou, refere-se às verbas para a educação, que privilegiaram três Estados — Minas Gerais, Bahia e Pernambuco — com 48,8 por cento do total, sendo 51 das 121 verbas exclusivamente para atender Minas.

Quanto a saúde, Britto denunciou que dos 34 projetos aprovados pela Comissão de Orçamento do Congresso, dez são para o mesmo Estado, Minas Gerais (e destes dez, quatro para o município de João Monlevade — único no País a ganhar ambulância). Quanto ao abastecimento de água, novamente destacou-se Minas Gerais, com oito das 14 verbas (só o Distrito de Bonito, em Mato Grosso, recebeu Cr\$ 32 milhões dos Cr\$ 106 milhões destinados ao abastecimento de água).

Mas o deputado revelou muitas outras discrepâncias. Saneamento: dos 16 projetos dez são de Minas. O único ginásio esportivo saiu para Cacoal, Rondônia. A única ponte para Minaçu, Goiás. A única biblioteca para João Monlevade, Minas. Eletrificação rural: dos 54 projetos, 23 foram para Pernambuco.